

COINFRA **Infraestrutura e Energia**

INFORME ESTRATÉGICO



Informações sobre obras prioritárias do Coinfra

1. Aeroporto de Linhares

As obras da nova pista do aeroporto (1.860 metros de extensão) foram concluídas, mas a ANAC exige mais algumas adequações. Segundo a SEMOBI e a Prefeitura de Linhares, há R\$ 32 milhões no orçamento para construção do novo terminal de passageiros e está em elaboração o Termo de Referência para contratar o projeto.

2. BR 262

O plenário do TCU liberou o Edital de concessão das BR-381 e 262, em 28/07/2021. Os 196 km entre João Monlevade e Manhuaçu não serão mais duplicados, serão ampliados. O trecho do Espírito Santo será todo duplicado, com a primeira parte, de Viana a Marechal Floriano, tendo os trabalhos de duplicação concentrados nos terceiro e quarto anos de vigência do contrato, que deve ser assinado 100 dias após o leilão.

Segundo reunião com o Minfra em 06/08/2021, o edital deve ser lançado em 25 de agosto e o leilão realizado em 25 de novembro deste ano.

3. Contorno do Mestre Álvaro

As obras continuam em bom ritmo e o DNIT prevê sua entrega em 2022. A Emenda - 71090003 da Bancada Federal na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovou a priorização do trecho.

4. Outros aeroportos

Incluída pela Bancada Federal Capixaba na Lei de Diretrizes Orçamentárias a Emenda – 71090001 para reforma, construção e reaparelhamento de aeródromos e aeroportos, incluindo a elaboração de projetos de engenharia. Os aeroportos indicados são os de Cachoeiro, São Mateus, Colatina e Nova Venécia.

5. Contorno de Cachoeiro e outras estradas

A Emenda - 30930002 visa à ampliação do trecho de 100 km na Rodovia BR-482, o contorno rodoviário de Cachoeiro de Itapemirim.

A Emenda – 71090002, também da LDO, prioriza a manutenção de 40 km de trechos rodoviários federais não concedidos no ES.

6. Corredor Centro Leste

Contratados pela Findes, resultados de estudos preliminares sobre o Corredor Centro Leste da Fundação Dom Cabral foram apresentados às presidências da Findes e da Fiemg em 16/07 e indicam que:

O CENÁRIO 1, da Variante de Patrocínio a Sete Lagoas (MG), prevê um volume de 18,5 milhões de ton para os portos do ES em 2035; com isso, fica justificado o investimento na variante à Serra do Tigre (conclusão do Coinfra).

No CENÁRIO 2, Ramal Luziânia/DF – Unaí/MG – Pirapora/MG, movimentação de 17,3 milhões de ton para os portos do ES em 2035 (8,6 milhões no trecho Luziânia-Unaí-Pirapora-BH, e outros 8,6 milhões no trecho antigo da FCA).

O trecho ligando Luziânia-Unaí-Pirapora tem praticamente a mesma distância que o trecho da Variante do Cenário 1 (cerca de 400 km).

O CENÁRIO 2 apresenta algumas desvantagens, como contar com o trecho atual da Serra do Tigre pra performar 8,5 milhões de toneladas e necessitar de recapitação do trecho Pirapora/Belo Horizonte.

O Coinfra está propondo que seja defendida, junto com a Fiemg e o Governo de Minas, o Cenário 4, que é basicamente a conjunção dos Cenários 1 e 2 com uma pequena mas importante alteração, ou seja, a implantação da variante juntamente com um ramal de Unaí até ela, a variante, permitindo aos portos do Espírito Santo serem muito competitivos para trazer ao estado cerca de 22 milhões de toneladas de cargas, principalmente grãos.

7. Ramal Anchieta

Terá 81,5 km de extensão, saindo de Santa Leopoldina. Como ramal da EFVM, terá bitola métrica. E em abril, já estavam contratadas as atividades de elaboração do projeto, levantamento de campo e a do licenciamento em andamento.

Passos para implementação:

- Manifestação do Minfra tornando-o investimento adicional no contrato da EFVM (já feita em fevereiro a manifestação do Minfra à ANTT);
- Desenvolvimento do projeto de engenharia, realização de estudos e proposição de Plano de Negócio para implementação como um Ramal da EFVM pela Vale;
- Avaliação e aprovação do Plano de Negócio e autorização da ANTT para a realização dos investimentos adicionais mediante reequilíbrio do contrato; e
- Celebração do Termo Aditivo para incluir o ramal como investimento adicional via redução de saldo da outorga livre do contrato.

Cronograma proposto pela Vale: Engenharia básica até 3T21 e detalhada até 4T22; licenciamento no 2T23 e gestão fundiária no 3T24 e, por fim, implantação concluída no 1T27.

8. EF 118

As ações em defesa da ferrovia EF 118 (Vitória ao Rio de Janeiro) tem tido vários atores agindo em sintonia nas intenções, mas dispersos em proposições concretas.

Projeto do Governo do Rio de Janeiro foi incluído no PPA e na PPI.

Mas agora o Governo Federal indicou à Vale a elaboração de novos projetos para os trechos de Vitória a Anchieta (agora como ramal da EFVM) e de Anchieta à Divisa ES/RJ (como EF 118).

Os recursos para implantação do primeiro trecho serão suportados pela Vale, através de reequilíbrio do contrato de concessão.

Mas não há nem recursos nem qualquer modelagem para a implantação do trecho Anchieta/Divisa. E também considera-se muito longo o prazo proposto para elaboração do projeto básico do trecho até a divisa (um ano e meio). O Coinfra sugere que o governo do estado acorde com a Vale prazo em torno de seis meses.

Afinal os estudos da Findes demonstraram grande competitividade da EF 118 como alimentadora dos portos do Arco Leste.

Resta, pois, a necessidade urgente de o Governo Federal assumir compromisso com o Espírito Santo de priorizá-la na carteira de projetos da Secretaria de PPI, indicando forma, cronograma, CAPEX e meios para sua efetiva implantação.

9. Porto da Imetame

Publicada a Cessão Onerosa pelo TCU e iniciadas as obras de lançamento do quebra-mar do porto. Previsão de operação em dois anos e meio.

10. Desestatização da Codesa

A Resolução CPPI Nº 188, de 07/06/2021 aprovou a modelagem e as condições de desestatização da CODESA, determinando alienação da totalidade das ações da empresa e a celebração de Contrato de Concessão entre a União e a “nova” Codesa. Prevê outorga mínima de R\$ 479.953.664,72 e mais 25 parcelas fixas anuais de R\$ 31.086.184,42. Atuais titulares de contratos de arrendamento ou detentores de contrato de adesão terão poderão participar do leilão como membros de consórcios proponentes, mas com a participação individual limitada a 15% no Consórcio e soma das participações limitada a 40% no Consórcio.

A Secretaria de PPI prevê Edital no 4º trimestre de 2021, Leilão 1º trimestre de 2022 e Contrato no 2º trimestre de 2022. O processo foi remetido ao TCU no dia 06/08/2021.

11. Porto Central

O Porto Central assinou com a Petrobrás em 13/07/2021 contrato de movimentação de petróleo que lhe facilitará a obtenção de financiamento para a construção do Terminal de Líquidos no primeiro trimestre de 2022.

Romeu Rodrigues – Especialista do Coinfra

Gustavo Peters Barbosa – Presidente do Conselho